

Assembleias Setoriais – Segunda - 23/11

TRT - às 14h, em frente ao Tribunal Pleno

JF - às 15h, em frente à Seção Judiciária (Rua 19)

TRE - às 16h30, em frente à cantina

- Deliberação sobre a deflagração de greve por tempo indeterminado

Os servidores da Justiça Federal aprovaram, em assembleia realizada na tarde dessa quinta-feira (19/11), agendar nova assembleia da categoria para a próxima segunda-feira (23/11), como o objetivo de definir a data de deflagração da greve pelo envio imediato da proposta de Revisão Salarial ao Congresso Nacional. Desde quarta-feira, os servidores das Justiças Trabalhista e Eleitoral estão em estado de greve.

A nossa luta nunca foi fácil, por isso precisamos intensificar a mobilização e conversar com os colegas nos locais de trabalho. A participação de todos é essencial neste momento. Na próxima segunda-feira (23/11), realizaremos assembleias nas três Justiças - Federal, Eleitoral e Trabalhista - para definirmos a data de início da greve por tempo indeterminado.

Ministro não apresenta proposta, não define calendário e exige fim da greve

Aumentar as mobilizações e intensificar a greve em todo o país é o maior desafio da categoria neste momento. Essa é a conclusão tirada pelos coordenadores da Fenajufe após audiência na tarde de quinta-feira [19] com o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes; e o diretor geral, Alcides Diniz.

No encontro, os coordenadores Roberto Policarpo, Ramiro López, Cláudio Klein, Roniel Andrade e Antônio dos Anjos Melquiades; e o diretor do Sindjufe-BA Gilvan Nery, cobraram do STF uma resposta sobre a proposta de revisão salarial dos servidores e também reivindicaram que o projeto seja enviado logo ao Congresso Nacional, sem redução na tabela. Os coordenadores explicaram a indignação da categoria, em greve em todo o país, com a demora na definição das negociações referentes ao plano.

A audiência, no entanto, não representou qualquer avanço em relação às reivindicações dos servidores, segundo avaliação dos coordenadores da Fenajufe. O ministro Gilmar Mendes, não disse qual é a proposta, não definiu um calendário e ainda exigiu o fim da greve.

Os dirigentes sindicais questionaram a afirmação do ministro, respondendo que a greve é um direito de todos os trabalhadores e um instrumento legítimo quando não há avanço nas negociações. “Nós só vamos discutir com a categoria a suspensão da greve depois que tivermos uma resposta concreta do Supremo e a garantia de que o projeto vai para o Congresso. Do contrário, vamos manter a greve em todo o país”, respondeu Roberto Policarpo, questionando os termos apresentados pelo ministro.

Os representantes da Federação também explicaram que os servidores estão em greve para reivindicar, além do envio imediato do projeto ao Congresso, o compromisso de que não vai haver qualquer diminuição dos valores da tabela proposta. “Não concordamos que haja rebaixamento na tabela. Se isso acontecer não conseguiremos a equiparação com as carreiras similares do Executivo e do Legislativo”, respondeu Policarpo.

Segundo o presidente do STF, apenas dois pontos da proposta precisam ser fechados, que incluem o valor do orçamento e o corte nas Funções Comissionadas para baixar o impacto financeiro. Mesmo afirmando que tem acordo com o reajuste salarial dos servidores, o ministro reforçou sua posição de que não apresenta nada enquanto a greve for mantida.

Nova reunião nesta sexta-feira

Após a reunião com o ministro Gilmar Mendes, os coordenadores da Fenajufe conversaram com o diretor geral do STF, Alcides Diniz, no corredor do gabinete da Presidência. O objetivo foi tentar resolver o impasse da audiência e pressionar o STF a dar uma resposta à categoria o mais breve possível.

Alcides Diniz informou que está prevista uma reunião para esta sexta-feira [20] com o STF, CNJ, Anamatra e Ajufe para discutir a proposta de reajuste dos servidores. O diretor geral se comprometeu a dar um retorno para Fenajufe, que também participará da reunião.

Os coordenadores da Fenajufe Ramiro López e Roberto Policarpo participaram, na quarta-feira (18/11), de uma reunião com o presidente da Comissão de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ, ministro Ives Gandra; com o conselheiro do CNJ José Adônis Callou de Araújo; com Alcides Diniz, diretor-geral do STF; e com secretário de Recursos Humanos do STF, Amarildo Oliveira. Também participaram da reunião o presidente da Ajufe, Fernando Cesar Baptista de Mattos; e o vice-presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’anna. A pauta do encontro era a proposta de revisão salarial dos servidores do Judiciário. No início da reunião o ministro Ives Gandra apresentou os pontos que, segundo ele, estavam sendo discutidos, os quais alteram a proposta de revisão salarial da categoria. Os coordenadores da Fenajufe debateram cada item e uma nova reunião deverá ser agendada. **Veja no site do Sinjufego (www.sinjufego.org.br) pontos apresentados pelo conselheiro.**

